

Direito Constitucional

Título III - Capítulo VII - Seção I

Questão 1: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital"/2010

As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas

- a) aos cargos técnicos e de professor.
- b) às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) aos cargos técnicos e de assessoramento.
- d) aos cargos das áreas de saúde e da educação.
- e) os cargos do Poder Judiciário.

Questão 2: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2011

Considerando o disposto na Carta Magna Brasileira, assinale a alternativa correta.

- a) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo vedado o tratamento diferenciado em razão da natureza ou da complexidade do cargo ou emprego.
- b) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) A lei reservará percentual dos cargos públicos efetivos, dos cargos de livre nomeação e exoneração e dos empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e para os grupos considerados como minoria e definirá os critérios de sua admissão.
- d) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, incluídas na remuneração as vantagens e direitos a qualquer título, consideradas as semelhanças de atribuições de funções, não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- e) A administração do Poder Judiciário e seus servidores terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos dos outros Poderes, na forma da lei.

Questão 3: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

Com relação à acumulação de funções e vencimentos dos servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, é correto afirmar que

- a) a acumulação de cargos constitucionalmente é permitida, desde que se trate de acumulação de um cargo técnico ou científico com um cargo de professor, sem cumulação de vencimentos de cada função.
- b) a acumulação de cargos é excepcionalmente permitida, no caso de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, com a acumulação dos vencimentos de cada função.
- c) o servidor investido no mandato de Vereador, desde que haja compatibilidade de horários para o exercício de ambas atribuições, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- d) o servidor investido no mandato de Prefeito será afastado do cargo, emprego ou função que antes desempenhava, sendo-lhe vedada a cumulação de remunerações, e perceberá, compulsoriamente, os subsídios atribuídos ao Prefeito Municipal.
- e) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o servidor ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração percebida no serviço público, cumulando-a com a do mandato eletivo.

Questão 4: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2007

Assinale a alternativa correta.

- a) O prazo de validade de um concurso é de até dois anos, prorrogável por uma única vez pelo período de um ano.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros, natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei.
- c) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que demonstrados o dolo ou a culpa do agente responsável pela prática do ato.
- d) Os agentes públicos devem receber as reclamações efetuadas por qualquer pessoa, para defesa de direito próprio, que versem sobre a conduta de quaisquer autoridades do Poder Legislativo, do Poder Executivo ou do Poder Judiciário, com fundamento na previsão constitucional do direito de petição.
- e) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, não cabendo ação penal pelos mesmos fatos.

Questão 5: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Litoral"/2006

É correto afirmar que

- a) o prazo de validade do concurso público será de até 1 ano, prorrogável uma vez, por igual período.

b) é vedada a acumulação remuneratória de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, como no caso de um cargo de professor com outro técnico ou científico.

c) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fim de concessão ulterior.

e) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Questão 6: VUNESP - ETJ (TJM SP)/TJM SP/2011

Assinale a alternativa que contém os princípios que norteiam a Administração Pública e que estão expressamente previstos no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

a) Legalidade, moralidade, publicidade, probidade e eficiência.

b) Legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade e eficiência.

c) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

d) Impessoalidade, moralidade, urbanidade, publicidade e eficiência.

e) Legalidade, impessoalidade, moralidade, probidade e publicidade.

Questão 7: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Interior"/2012

Tércio Romano é empregado na área administrativa de uma sociedade de economia mista e foi convidado para ser assessor de um Vereador do Município onde é domiciliado. Tércio tem dúvida se pode, legalmente, aceitar a indicação para este cargo em comissão remunerado.

Nessa situação, com base no que dispõe a Constituição Federal sobre a acumulação de cargos públicos, é correto afirmar que Tércio

a) está autorizado a acumular o cargo público com o emprego, uma vez que, em ambos, Tércio exercerá funções técnicas, que admitem a acumulação.

b) poderá acumular o cargo público com o seu emprego, uma vez que este é vinculado a uma sociedade de economia mista, o que não impede a acumulação de cargos no serviço público.

c) não poderá acumular o cargo de assessor de Vereador com o seu emprego, por vedação Constitucional, exceto se for exercer função técnica ou na área da saúde.

d) não poderá aceitar o cargo de assessor do Vereador, sob pena de violar a Constituição, que não permite tal acumulação.

e) poderá acumular o cargo público com o seu emprego, apenas se houver compatibilidade de horários.

Questão 8: VUNESP - AnaP MPE SP/MPE SP/Assistente Jurídico/2010

Assinale a alternativa que contempla somente típicos cargos públicos em comissão que, de acordo com a Constituição Federal, são de livre nomeação e exoneração.

- a) De chefia e técnicos.
- b) De assessoramento e de carreira.
- c) De confiança e técnicos.
- d) De direção e de chefia.
- e) De direção e empregos públicos.

Questão 9: VUNESP - JE TJSP/TJ SP/2007

O princípio da moralidade impõe a todo administrador respeitar os princípios éticos de razoabilidade e justiça por constituir, a partir da Constituição de 1988, pressuposto de validade de todo ato da administração pública.

A partir dessa afirmação, assinale a resposta correta.

- a) O Poder Judiciário pode controlar a legalidade dos atos da Administração Pública, mas é-lhe vedado controlar a moralidade dessa atuação.
- b) O controle de moralidade da Administração Pública se fará mediante aferição das finalidades que inspiraram a autoridade acusada de prática imoral.
- c) Ao consagrar o princípio da moralidade, o constituinte não consagrou igualmente a necessidade de proteção à moralidade e responsabilização do administrador amoral.
- d) Esse postulado fundamental conferiu substância e deu expressão a uma pauta de valores éticos, sobre os quais se funda a ordem positiva do Estado.

Questão 10: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2014

O artigo 37, caput, da Constituição Federal, dentre outros, estabelece como princípio da Administração Pública a moralidade. Com lastro em tal princípio, é possível o reconhecimento da invalidade de um ato formalmente aperfeiçoado de acordo com a lei, mas comprovadamente ofensivo à moralidade administrativa.

O raciocínio ora exposto está:

- a) parcialmente correto, na medida em que a anulação só ocorrerá se caracterizado efetivo prejuízo financeiro ao erário.
- b) totalmente incorreto, visto ser impossível a anulação de ato produzido formalmente de acordo com a lei.
- c) parcialmente correto, na medida em que o princípio da moralidade administrativa depende de lei complementar para sua aplicação, a ser elaborada.
- d) totalmente correto.

Questão 11: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2014

Com relação às disposições gerais atinentes à Administração Pública, sob o enfoque da Constituição Federal, pode-se afirmar corretamente que

- a) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável sempre que necessário, no máximo duas vezes, na forma da lei.
- b) a investidura em cargo ou emprego público sempre depende de aprovação prévia em concurso público exclusivamente de provas, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- d) é possível, na forma da lei, a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Questão 12: VUNESP - NeR (TJ SP)/TJ SP/Provimento/2012

Tomando por referência o texto original da Constituição Federal em comparação com as modificações introduzidas pelas emendas constitucionais n.os 41, de 2003, e 47, de 2005, pode-se afirmar corretamente que

- a) é vedado ao pensionista receber subsídios ou vencimentos.
- b) as hipóteses de acumulação de cargos não foram modificadas pelas emendas.
- c) é vedado ao servidor acumular vencimentos com proventos.
- d) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.

Questão 13: VUNESP - Ass CT (FUNDACENTRO)/FUNDACENTRO/2014

A Constituição Federal dispõe a respeito da contratação por tempo determinado, no serviço público, que

- a) fica vedado todo e qualquer tipo de contratação temporária pela Administração Pública em todas as esferas de poder.

- b) a lei estabelecerá os casos para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- c) será permitida contratação temporária, em casos de urgência, apenas pela Administração Pública Municipal.
- d) poderá ser contratado, temporariamente, pessoal para o preenchimento apenas de cargos de professor e médico.
- e) será permitida para qualquer cargo quando o administrador público entender que é mais vantajoso para a Administração Pública.

Questão 14: VUNESP - Ass CT (FUNDACENTRO)/FUNDACENTRO/2014

Assinale a alternativa que contempla corretamente uma sanção, prevista expressamente no texto constitucional, decorrente da improbidade administrativa praticada por servidor público.

- a) Suspensão dos direitos políticos.
- b) Pena restritiva de direitos.
- c) Prisão preventiva.
- d) Banimento.
- e) Jubilação.

Questão 15: VUNESP - ASA (PROCON SP)/PROCON SP/2013

A Constituição Federal estabelece, no seu Artigo 37, que as funções de confiança são passíveis de serem exercidas exclusivamente por

- a) servidores ocupantes de emprego público.
- b) servidores contratados por tempo determinado, exclusivamente para o exercício das funções a que foram designados.
- c) servidores ocupantes de cargo eletivo.
- d) servidores ocupantes de cargo efetivo.
- e) servidores ocupantes de emprego efetivo.

Questão 16: VUNESP - At NP (PC SP)/PC SP/2014

Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis

- a) exclusivamente mediante investidura em comissão.
- b) mediante concurso público, que valerá pelo prazo de 5 (cinco) anos.

- c) aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- d) exclusivamente mediante investidura efetiva.
- e) a pessoas com deficiência, sem reserva de percentual de cargos.

Questão 17: VUNESP - Adv Leg (CMSC)/CM SC/2013

Sobre os princípios e normas constitucionais referentes à Administração Pública, pode-se afirmar que

- a) é possível a acumulação de um cargo de professor com um emprego celetista de professor.
- b) a Constituição Federal veda de forma expressa a acumulação de proventos da inatividade com vencimentos de cargos, funções, ou empregos públicos.
- c) somente por lei específica poderão ser criadas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) os órgãos de corregedoria e auditoria terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) os serviços autônomos, como o SEBRAE, correspondem à noção de autarquia, pois recebem e aplicam recursos públicos em serviços de interesse público.

Questão 18: VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2014

Prevê o art. 37 da Constituição Federal, de forma expressa, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e

- a) razoabilidade.
- b) eficiência.
- c) proporcionalidade.
- d) unidade.
- e) economicidade.

Questão 19: VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014

Os atos de improbidade administrativa importarão, nos termos da Constituição Federal, dentre outros,

- a) a prisão provisória, sem direito à fiança.
- b) a indisponibilidade dos bens.

- c) a impossibilidade de deixar o país.
- d) a suspensão dos direitos civis.
- e) o pagamento de multa ao Fundo de Proteção Social.

Questão 20: VUNESP - At NP (PC SP)/PC SP/2013

A Constituição Federal determina, de forma expressa, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e

- a) continuidade.
- b) razoabilidade.
- c) proporcionalidade.
- d) moralidade.
- e) especialidade.

Questão 21: VUNESP - Aux Nec (PC SP)/PC SP/2013

Nas disposições gerais acerca da Administração Pública, a Constituição Federal, de modo expresso, faz referência aos princípios que devem por ela ser obedecidos, entre os quais figura o da

- a) finalidade.
- b) regularidade.
- c) publicidade.
- d) pessoalidade.
- e) capacidade.

Questão 22: VUNESP - APP (PC SP)/PC SP/2013

Os atos de improbidade administrativa poderão importar a

- a) suspensão da função pública.
- b) indisponibilidade dos bens.
- c) perda da função pública e a impossibilidade de o servidor condenado retornar, de forma permanente, ao serviço público.

- d) perda dos direitos políticos.
- e) perda da nacionalidade.

Questão 23: VUNESP - APP (PC SP)/PC SP/2013

João, após aprovação em concurso público, foi nomeado para exercer determinado cargo da administração pública direta, tendo entrado em exercício há 2 anos e 6 meses atrás*. Nessa hipótese, é possível afirmar que João

- a) não pode se associar a sindicato de classe.
- b) não pode ser designado para exercer função de confiança no órgão em que está lotado.
- c) pode ser nomeado para exercer cargo em comissão no órgão em que está lotado.
- d) é servidor público estável.
- e) só pode perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Questão 24: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

Nos termos da Constituição Federal, os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se, entre outras hipóteses, apenas às atribuições

- a) políticas.
- b) técnicas.
- c) burocráticas.
- d) de direção.
- e) administrativas.

Questão 25: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

Assinale a alternativa que contempla um tipo de cargo público que admite acumulação com outro do mesmo tipo, quando houver compatibilidade de horários.

- a) Professor.
- b) Delegado de Polícia.
- c) Defensor público.
- d) Procurador público.
- e) Oficial administrativo.

Questão 26: VUNESP - Of Admin (PC SP)/PC SP/2014

Para quem comete ato de improbidade administrativa, a Constituição Federal prevê, entre outras, a seguinte pena:

- a) jubilação.
- b) trabalhos forçados.
- c) cassação dos direitos políticos.
- d) indisponibilidade dos bens.
- e) prisão perpétua.

Questão 27: VUNESP - Tec Lab (PC SP)/PC SP/2014

A Constituição Federal prevê que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que

- a) é aplicável somente às autarquias, fundações e empresas públicas.
- b) não permitirá exigências de qualificação técnica ou econômica dos concorrentes.
- c) será disciplinado por leis estaduais.
- d) assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.
- e) não permitirá hipóteses de dispensa ou inexigibilidade.

Questão 28: VUNESP - PP (PC SP)/PC SP/2013

Conforme estabelece a Constituição da República, entre outras consequências, os atos de improbidade administrativa importarão, ao responsável,

- a) o ressarcimento ao Erário.
- b) a desapropriação da função pública.
- c) o confisco dos bens.
- d) a prisão civil.
- e) a cassação dos direitos políticos.

Questão 29: VUNESP - Esc Pol (PC SP)/PC SP/2013

Assinale a alternativa correta a respeito da Administração Pública.

- a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sendo vedado o regresso contra o agente responsável nos casos de dolo ou culpa.
- b) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, na forma da lei.
- c) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, incluindo as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- e) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Questão 30: VUNESP - Ag Pol (PC SP)/PC SP/2013

São todos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) fidelidade, legalidade, eficiência, razoabilidade e impessoalidade.
- b) moralidade, eficiência, legalidade, razoabilidade e arbitrariedade.
- c) legalidade, arbitrariedade, pessoalidade, proporcionalidade e moralidade.
- d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) lealdade, pessoalidade, moralidade, razoabilidade e eficiência.

Questão 31: VUNESP - Assist (PRODEST)/PRODEST/Organizacional/Administrativa/2014

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece, em seu artigo 37, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, entre outros, aos seguintes princípios fundamentais:

- a) liberdade, igualdade e fraternidade.
- b) probidade, qualidade e transparência.
- c) ética, moralidade e cidadania.
- d) impessoalidade, publicidade e eficiência.
- e) justiça, equidade e mobilidade.

Questão 32: VUNESP - Ana TI (PRODEST)/PRODEST/Sistemas de Informação/Desenvolvimento/2014

Assinale a alternativa que contempla corretamente três princípios da Administração Pública previstos expressamente na Constituição Federal.

- a) Publicidade, impessoalidade e legalidade.
- b) Moralidade, executoriedade e supremacia do interesse público.
- c) Imperatividade, legalidade e publicidade.
- d) Legalidade, pessoalidade e eficiência.
- e) Imperatividade, finalidade e moralidade.

Questão 33: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Capital e Grande SP"/2014

Paulo já era titular de cargo efetivo de professor na rede estadual de ensino quando foi aprovado em concurso público, para outro cargo de professor, em uma autarquia federal. Tendo em vista o que estabelece a Constituição Federal acerca da vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, Paulo

- a) pode acumular os dois cargos de professor, desde que observe jornada de trabalho não superior a quatro horas diárias em cada órgão público a que estará vinculado.
- b) não pode acumular os dois cargos de professor.
- c) pode acumular os dois cargos de professor, desde que haja expressa concordância dos órgãos públicos envolvidos aos quais estará vinculado.
- d) pode acumular os dois cargos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horários, uma vez que a proibição de acumular não se estende a autarquias.
- e) pode acumular os dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários.

Questão 34: VUNESP - Ana O (PRODEST)/PRODEST/Administrativa/2014

Assinale a alternativa que contempla hipótese de acumulação de cargos públicos permitida pela Constituição Federal.

- a) Um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- b) Um cargo de médico e outro técnico ou científico.
- c) Um cargo administrativo em autarquia e outro igual em Fundação.
- d) Dois cargos técnicos ou científicos.
- e) Dois cargos administrativos.

Questão 35: VUNESP - GM (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

Nos termos do art. 37 da Constituição Federal, são, dentre outros, princípios fundamentais da administração pública:

- a) publicidade, legalidade e pessoalidade.
- b) legalidade, impessoalidade e eficiência.
- c) segurança, impessoalidade e saúde.
- d) impessoalidade, publicidade e segurança.
- e) territorialidade, legalidade e eficiência.

Questão 36: VUNESP - Proc Mun (Pref SJRP)/Pref SJRP/2014

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários. A proibição de acumular

- a) restringe-se à Administração direta.
- b) será permitida em relação a dois cargos técnicos ou científicos.
- c) não se aplica se um dos cargos for provido em comissão.
- d) estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, excluindo-se as sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- e) estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.

Questão 37: VUNESP - Insp PC CE/PC CE/2015

A autarquia federal Alfa realizou processo seletivo para a contratação por tempo determinado de doze profissionais. Nos termos da Constituição Federal, a autarquia

- a) pode agir dessa forma, desde que a contratação tenha ocorrido para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nas hipóteses estabelecidas em lei.
- b) pode agir dessa forma, uma vez que as autarquias não se obrigam aos princípios da administração pública.
- c) pode proceder à contratação por tempo determinado livremente, uma vez que está inserida no âmbito da administração pública indireta.
- d) não pode agir dessa forma, uma vez que não observou o limite máximo de três profissionais permitido para a contratação por tempo determinado.

e) pode agir dessa forma, desde que a contratação por tempo determinado não exceda a trinta dias.

Questão 38: VUNESP - Esc PC CE/PC CE/2015

A respeito da contratação de pessoal no serviço público, por tempo determinado, a Constituição Federal dispõe que

- a) é limitada aos cargos de direção, chefia e assessoramento.
- b) a lei estabelecerá os casos para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- c) a lei regulará as situações passíveis de serem atendidas limitadas às funções e aos cargos de confiança.
- d) é expressamente vedada.
- e) é limitada ao preenchimento de cargos de confiança do Poder Executivo.

Questão 39: VUNESP - Esc PC CE/PC CE/2015

Na forma do que prevê expressamente a Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importarão, entre outras sanções, a

- a) detenção.
- b) cassação dos direitos políticos.
- c) prestação de serviços à comunidade.
- d) indisponibilidade de bens.
- e) pagamento de cestas básicas.

Questão 40: VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de

- a) dois cargos técnicos com outro de professor.
- b) dois cargos científicos com outro de professor.
- c) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- d) um cargo técnico com outro científico.
- e) dois cargos de professor com outro técnico, em autarquias ou fundações.

Questão 41: VUNESP - Assis Leg (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Conforme estabelece a Constituição Federal, o direito de greve do servidor público civil será exercido nos termos e nos limites definidos

- a) em Lei Específica.
- b) na própria Constituição Federal.
- c) na própria Constituição Estadual.
- d) na Lei Orgânica de cada Município.
- e) no regime jurídico único.

Questão 42: VUNESP - Assis Leg (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Nos termos do que prescreve o artigo 37 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogáveis por duas vezes, por igual período.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) As funções de confiança serão exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo, ou função temporária.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.

Questão 43: VUNESP - Assis Leg (Caieiras)/CM Caieiras/2015

A contratação por tempo determinado

- a) é admitida durante todo o período eleitoral.
- b) é admitida em todas as circunstâncias em que haja interesse público.
- c) depende da discricionariedade e vontade do administrador público.
- d) é admitida para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) não é admitida pela Constituição Federal.

Questão 44: VUNESP - Assis Leg (Caieiras)/CM Caieiras/2015

Ao Servidor Público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição correta e em conformidade com a Constituição Federal:

- a) quando em mandato eletivo distrital, não poderá se afastar de seu cargo, emprego ou função.

- b) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, devendo, obrigatoriamente, receber a remuneração do mandato eletivo.
- c) investido no mandato de Vereador, será obrigado a se afastar do seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para os efeitos legais.
- e) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Questão 45: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2014

O prazo de validade do concurso público, de acordo com a Constituição Federal, será de até

- a) um ano, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) dois anos, prorrogável uma vez, por mais um ano.
- c) dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- d) dois anos, improrrogáveis.
- e) três anos, prorrogável uma vez, por mais um ano.

Questão 46: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

De acordo com a Constituição Federal, desde que haja compatibilidade de horários, é permitida a acumulação de dois cargos públicos da mesma categoria para

- a) professores e juízes.
- b) juízes e promotores.
- c) policiais e professores.
- d) enfermeiros e professores.
- e) médicos e policiais.

Questão 47: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Direito/2014

Professor possui três vínculos com a Administração Pública, lecionando pela manhã em escola municipal, à tarde em escola estadual e, à noite, em universidade pública federal. Neste caso, consoante o previsto na Constituição Federal vigente, a acumulação de cargos desse Professor

- a) é possível, pois há compatibilidade de horários.
- b) não é possível, pois somente é lícito acumular dois cargos de professor.
- c) não é possível, pois somente é possível acumular um cargo científico ou técnico com o cargo de professor.
- d) é possível, desde que haja compatibilidade de horários e o somatório dos valores não ultrapasse o teto constitucional.
- e) não é possível, pois cargos municipais não podem ser acumulados com cargos estaduais ou federais.

Questão 48: VUNESP - AJ (TJ PA)/TJ PA/Direito/2014

Prazos processuais diferenciados; impenhorabilidade de seus bens; benefício de prazo prescricional especial e imunidade tributária relativa a impostos são exemplos de prerrogativas ou privilégios

- a) das autarquias.
- b) de todas as entidades da Administração Pública indireta.
- c) das fundações.
- d) das sociedades de economia mista.
- e) das empresas públicas.

Questão 49: VUNESP - AuxJ (TJ PA)/TJ PA/"Sem Área"/2014

Segundo a Carta Magna brasileira, a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para

- a) cargo de nível médio em secretarias municipais.
- b) emprego público na Administração Indireta.
- c) cargo do Poder Legislativo que não exija curso superior.
- d) cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) cargo de provimento efetivo ou emprego público temporário.

Questão 50: VUNESP - ContJ (TJ SP)/TJ SP/2015

Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre aspectos da Administração Pública previstos na Constituição Federal de 1988.

- a) O servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o acesso de estrangeiros.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, não havendo, contudo, previsão constitucional expressa acerca do direito de greve.
- d) A Administração fazendária e os servidores que exercerem o controle interno terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, se demonstrado dolo ou culpa.

Questão 51: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/"Interior"/2015

A administração pública direta e indireta deve observar o seguinte comando constitucional:

- a) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- b) é vedado aos estrangeiros o acesso aos cargos, empregos e funções públicas.
- c) os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- d) os cargos em comissão devem ser preenchidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- e) o direito de greve será exercido nos termos definidos pela associação sindical.

Questão 52: VUNESP - Adv Jr (CRO SP)/CRO SP/2015

Considerando os princípios que regem a Administração Pública, constantes do artigo 37 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) Por consequência do princípio da eficiência, a Administração deve sempre buscar a concretização do interesse público e não do particular.
- b) A Administração Pública, de acordo com o princípio da impessoalidade, deve agir com boa-fé, sinceridade, probidade, lhanza, lealdade e ética.
- c) O princípio da moralidade é ínsito ao Estado Democrático de Direito e está intimamente ligado à perspectiva de transparência, dever da Administração Pública, direito da sociedade.
- d) A Administração deve atuar segundo a lei e nunca contra ou além da lei, em razão do princípio da legalidade.

e) O princípio da publicidade administrativa consiste na organização racional dos meios e recursos humanos, materiais e institucionais para a prestação dos serviços públicos.

Questão 53: VUNESP - Ana (Pref SP)/Pref SP/Informações, Cultura e Desporto/Biblioteconomia/2015

O artigo 37 da Constituição Federal define os princípios que norteiam a Administração Pública. É correto afirmar que o princípio da Moralidade

- a) foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998, em função dos inúmeros casos de corrupção no país.
- b) diz respeito à obrigatoria divulgação dos atos, contratos e outros instrumentos da Administração Pública.
- c) estabelece que qualquer atividade da Administração Pública deve ser dirigida a todos os cidadãos, sem discriminação de qualquer natureza.
- d) define que a Administração Pública e seus atos estão restritos aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar sob pena de invalidade do ato e responsabilização do seu autor.
- e) atribui ao administrador público a obrigação de agir segundo os bons costumes, princípios de justiça, equidade e honestidade.

Questão 54: VUNESP - Ana (Pref SP)/Pref SP/Planejamento e Desenvolvimento Organizacional/Ciências Contábeis/2015

Sobre o princípio da eficiência na Constituição Federal do Brasil, é correto afirmar que

- a) o princípio constitucional da eficiência impõe um modo de atuação para o agente público, do qual se espera um desempenho mediano de suas atribuições para lograr um resultado que atenda ao menos parcialmente o interesse público.
- b) o princípio constitucional da eficiência prescinde dos valores e normas burocráticas da organização racional- legal na administração pública e pauta-se pela ênfase exclusiva nos procedimentos.
- c) a eficiência, positivada no caput do artigo 37 da Constituição Federal do Brasil pela Emenda Constitucional nº 19/1998, equipara juridicamente o setor público ao setor privado, pois os objetivos visados por ambos os setores são correlatos.
- d) a eficiência é o princípio constitucional que não necessita ser harmonizado com os demais, podendo recorrentemente se sobrepor ao princípio da legalidade na medida em que o fins justificam os meios.
- e) entre as regras inseridas na Constituição Federal pela Emenda nº 19/1998, que expressam corolários do princípio da eficiência, pode-se citar o procedimento de avaliação periódica de desempenho.

Questão 55: VUNESP - AMCI (SP)/Pref SP/Correição/2015

A empresa de direito privado “X” foi regularmente contratada pelo Município para prestar determinado serviço público. Durante a execução do serviço, a empresa “X”, por uma ação do seu funcionário, veio a causar prejuízo financeiro à empresa “Y”, não usuária do referido serviço. Nessa situação, segundo o disposto na Constituição Federal e o entendimento do STF, a respeito da eventual responsabilidade da empresa “X”, é correto afirmar que

- a) não responde diretamente pelo prejuízo causado, vez que essa responsabilidade é do Município que a contratou.
- b) responde por responsabilidade objetiva, mesmo a empresa “Y” não sendo usuária do serviço.
- c) responde por responsabilidade subjetiva, tendo em vista que a prejudicada não é usuária do serviço.
- d) tem responsabilidade subsidiária e o Município contratante responsabilidade objetiva.
- e) tem responsabilidade subjetiva e solidária com o Município contratante.

Questão 56: VUNESP - Prof (Pref SP)/Pref SP/Educação Infantil/2015

Conforme o artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios, entre outros, de

- a) eficácia, retidão, conformidade, acessibilidade e ética.
- b) lisura, honestidade, regularidade, lealdade e eficácia.
- c) legitimidade, transparência, ética, eficácia e lisura.
- d) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- e) transparência, juridicidade, lealdade, conformidade e eficiência.

Questão 57: VUNESP - Prof (Pref SP)/Pref SP/Educação Infantil/2015

Paula é Professora de Educação Básica I, efetiva na rede estadual de São Paulo, há dez anos. Recentemente, foi nomeada para o cargo de Professor de Educação Infantil da Prefeitura de São Paulo. É correto afirmar que, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil, Paula

- a) poderá acumular os dois cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários.
- b) poderá acumular as duas funções, independentemente do horário de trabalho.
- c) poderá trabalhar nos dois cargos, desde que não declare o acúmulo.
- d) deverá exonerar-se obrigatoriamente de um dos cargos, tendo em vista que a regra constitucional é a incompatibilidade.
- e) poderá trabalhar nas duas esferas, pois não há restrições quanto ao exercício docente.

Questão 58: VUNESP - Of Prom (MPE SP)/MPE SP/I/2016

As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas

- a) à administração fazendária e aos seus servidores fiscais.
- b) às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) aos casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- d) às autarquias, empresas públicas e suas subsidiárias.
- e) aos servidores com acumulação remunerada de dois cargos públicos.

Questão 59: VUNESP - Aux Adm (CM Itatiba)/CM Itatiba/2015

Os cinco princípios básicos da administração pública que estão expressamente previstos na Constituição Federal são:

- a) Razoabilidade, proporcionalidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.
- b) Ampla defesa, proporcionalidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.
- c) Contraditório, legalidade, moralidade, finalidade e eficiência.
- d) Publicidade, legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.
- e) Publicidade, legalidade, moralidade, ampla defesa e proporcionalidade.

Questão 60: VUNESP - SecG (CM Pradópolis)/CM Pradópolis/2016

Segundo a regência constitucional, no que se refere à Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente aos brasileiros natos ou naturalizados, na forma da lei.
- b) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- c) É vedada a vinculação, mas permitida a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- d) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- e) Somente por lei específica poderá ser criada sociedade de economia mista, mas a criação de suas subsidiárias independe de autorização legislativa.

Questão 61: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"B"/2016

Conforme a Constituição Federal, no tocante ao acesso aos cargos e empregos públicos, constitui-se em exceção ao princípio do concurso público:

- a) a investidura em cargos das áreas da saúde e da segurança pública.
- b) as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- c) a investidura em cargos e empregos públicos destinados às pessoas portadoras de deficiência, nos termos da lei.
- d) as nomeações para cargos e empregos públicos pertencentes aos órgãos da Administração Indireta.
- e) a investidura no cargo de professor dos ensinos fundamental e médio.

Questão 62: VUNESP - Ag Adm (IPREF)/IPREF Guarulhos/"D"/2016

João é servidor do Município de Guarulhos, ocupando o cargo de médico. É lançado edital de concurso para o cargo de médico no âmbito do Estado de São Paulo para o qual João prestou as provas e foi aprovado.

Assinale a alternativa que responde e justifica corretamente se João pode acumular o cargo de médico na Prefeitura de Guarulhos e no Estado de São Paulo.

- a) Pode, porque a Constituição Federal permite a acumulação de quaisquer cargos públicos, desde que haja compatibilidade de horários e seja observado o teto remuneratório dos subsídios de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) Não pode, porque a Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto para casos de acumulação de 2 (dois) cargos de professor, ou um cargo de professor com um cargo técnico ou científico.
- c) Pode, porque a Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos mas excetua essa regra, ainda que somente para médicos com comprovada especialização em uma determinada área clínica.
- d) Não pode, porque a Constituição Federal veda a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto para casos de acumulação de até 3 (três) cargos de professor, em instituições de ensino diversas.
- e) Pode, pois é permitida a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horários.

Questão 63: VUNESP - Ass Adm I (UNESP)/UNESP/Campus São João da Boa Vista/2016

A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, no ano de 2015, gastou 90% (noventa por cento) de sua receita com a folha de pagamento, incluindo o gasto com o subsídio de seus Vereadores. Nos termos do que dispõe a Constituição Federal, nesse caso, pode-se afirmar corretamente que

- a) constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao que estabelece a Lei Magna.
- b) constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal o desrespeito ao que estabelece a Lei Orgânica do Município.
- c) o Presidente da Câmara Municipal não praticou nenhum ato que enseje uma punição.
- d) o Prefeito Municipal responderá por ato de improbidade por dano ao erário público.
- e) a Câmara Municipal deverá ser punida com multa diária correspondente a um salário mínimo vigente.

Questão 64: VUNESP - Ass Adm I (UNESP)/UNESP/Campus São João da Boa Vista/2016

João prestou concurso público para o cargo de Assistente Administrativo no “campus” da UNESP de São João da Boa Vista e foi aprovado. Segundo a Constituição Federal, o prazo de validade desse concurso será

- a) de um ano, prorrogável duas vezes por igual período.
- b) de até um ano, prorrogável por dois anos.
- c) de até um ano, improrrogável.
- d) de dois anos, prorrogável uma vez por um ano.
- e) de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Questão 65: VUNESP - Ag (IPSMI)/IPSMI/Previdenciário/2016

Prevê expressamente a Constituição Federal de 1988 que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure

- a) o menor preço para a Administração Pública, invariavelmente.
- b) a propriedade privada e o respeito à função social da propriedade.
- c) a igualdade de condições a todos os concorrentes.
- d) a redução das desigualdades regionais e sociais.
- e) a defesa do consumidor e do meio ambiente.

Questão 66: VUNESP - Ag (IPSMI)/IPSMI/Previdenciário/2016

Prevê a Constituição Federal, como regra geral aplicável à Administração Pública, que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

Todavia, o texto constitucional prevê, quando houver compatibilidade de horários e observado o teto remuneratório, dentre outras exceções, a possibilidade de cumulação de

- a) dois cargos técnico-científicos, assim definidos por lei.
- b) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- c) dois cargos privativos de bacharel em direito.
- d) dois cargos ou empregos privativos de profissionais da educação, com profissões regulamentadas.
- e) um cargo de professor e um cargo privativo de profissional da saúde.

Questão 67: VUNESP - Proc (IPSMI)/IPSMI/2016

O teto do funcionalismo tem como base parâmetros distintos a depender do ente federativo e da esfera de Poder.

Assim, conforme previsão constitucional,

- a) no âmbito do Poder Judiciário Estadual, o teto equivale ao subsídio mensal dos Desembargadores do TJ, limitado a 85,75% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- b) no âmbito do Município, tanto na esfera legislativa como na executiva, o teto equivale ao subsídio do Prefeito.
- c) no âmbito do Poder Legislativo estadual, o teto equivale ao subsídio mensal do Governador de Estado.
- d) os tetos da Magistratura federal e estadual são idênticos, equivalendo a 85,75% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- e) no âmbito do Poder Legislativo Municipal, o teto equivale ao subsídio mensal dos Vereadores.

Questão 68: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2015

De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta quanto ao exercício de cargos, empregos e funções públicas.

- a) A nomeação em qualquer cargo ou emprego público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o ingresso de estrangeiros.
- c) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma única vez, por igual período.

d) A remuneração, o subsídio, os proventos, as pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional no âmbito dos Poderes Executivos Estaduais e do Distrito Federal não poderão ultrapassar o subsídio mensal do respectivo Governador.

e) É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos em que haja expressa vedação legal, por ser exigida a dedicação exclusiva.

Questão 69: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2013

De acordo com a Constituição Federal, em relação à Administração Pública, é correto afirmar que

a) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por dois anos.

b) as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração dependem de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

c) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, bem como aos estrangeiros, na forma da lei.

d) é permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto a de dois cargos de professor e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

e) a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para negros, pardos ou indígenas e definirá os critérios de admissão.

Questão 70: VUNESP - Ana RH (CM Registro)/CM Registro/2016

Fulano é servidor público municipal e foi eleito para o cargo de Vereador. Nessa situação, Fulano

a) poderá cumular o cargo com o mandato eletivo, podendo perceber ambas remunerações, independentemente da compatibilidade de horários.

b) deverá ser afastado do cargo público, recebendo apenas a remuneração pelo mandato eletivo.

c) deverá pedir exoneração do cargo público assim que assumir o mandato de Vereador, devendo ser indenizado pelos anos prestados de serviço público.

d) perceberá as vantagens de seu cargo, havendo compatibilidade de horários, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

e) será colocado em disponibilidade do cargo público, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, mas receberá a remuneração do mandato eletivo.

Questão 71: VUNESP - As Leg (CM Registro)/CM Registro/2016

Assinale a alternativa correta com relação às disposições constitucionais no que respeita à Administração Pública.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis a todos os brasileiros natos e naturalizados que preencham os requisitos estabelecidos em lei, mas não aos estrangeiros.
- b) Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, e as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- c) Ao servidor público civil é garantido o direito à livre associação sindical, sendo-lhe vedado o direito de greve.
- d) Em qualquer caso, é vedado à administração pública realizar contratação por tempo determinado, ainda que para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, caso em que será vedada a definição de critérios para sua admissão sob pena de afronta ao princípio constitucional da não discriminação.

Questão 72: VUNESP - Jorn (CM Registro)/CM Registro/2016

Entre outros, há um princípio constitucional que está consagrado no § 1º do art. 37 da Constituição Federal de 1988. Ele preceitua que “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”.

O princípio dominante que se relaciona ao texto constitucional supra é o princípio da

- a) moralidade.
- b) formalidade.
- c) receptividade.
- d) verdade.
- e) impessoalidade.

Questão 73: VUNESP - Gest PM (Pref SJC)/Pref SJC/2012

Considerando os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) pelo princípio da legalidade, a Administração Pública pode fazer tudo que a lei não proíbe.
- b) a exigência do concurso público para ingresso em cargo público é desdobramento do princípio da impessoalidade.

- c) pelo exercício do princípio da publicidade, deve, para promoção e responsabilização do interessado, o gestor constar nome ou imagem da autoridade ou servidor público responsável por determinada obra ou serviço.
- d) o princípio da eficiência ainda depende de norma infraconstitucional para ser aplicado aos agentes públicos.
- e) o exercício do princípio da moralidade leva exclusivamente a Administração a distinguir o bem do mal, onde o fim comum sempre justificará os meios empregados.

Questão 74: VUNESP - Ass SA I (UNESP)/UNESP/Campus Ourinhos/2015

A respeito da organização do Estado, é correto afirmar que

- a) compete à União manter, com a cooperação técnica e financeira dos Municípios, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- b) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação é uma competência privativa da União.
- c) os cargos, empregos e funções públicas, nas três esferas de poder da Federação brasileira, são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o acesso aos estrangeiros.
- d) se o Município não aplicar o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, poderá sofrer intervenção do Estado.
- e) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que comprovado o dolo ou culpa.

Questão 75: VUNESP - Biblio (UNESP)/UNESP/Campus São José dos Campos/2015

Tendo em vista as normas constitucionais relativas à Administração Pública, é correto afirmar que

- a) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, vedado o acesso aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) o direito de greve do servidor público civil será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica, sendo, no entanto, vedada a associação sindical.
- c) a lei definirá os critérios de admissão das pessoas portadoras de deficiência aos cargos e empregos públicos, devendo reservar, pelo menos, vinte por cento das vagas colocadas em concursos públicos.
- d) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- e) os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo

Questão 76: VUNESP - Tec Adm (PM SP)/PM SP/2017

Acerca da disciplina da Administração Pública na Constituição Federal, o texto constitucional prevê que

- a) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública e a pena de reclusão.
- b) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvadas as exceções previstas pela própria Carta Constitucional.
- c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público deverão ser computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- d) o prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- e) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros.

Questão 77: VUNESP - Sold (PM SP)/PM SP/2ª Classe/2017

A Constituição Federal estabelece que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- a) são garantidos ao servidor público civil os direitos sociais previstos para o trabalhador em geral, como o direito à livre associação sindical, sendo-lhe, contudo, proibido o exercício do direito à greve.
- b) ressalvadas as aquisições realizadas pela Administração Indireta; obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.
- c) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.
- d) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o ingresso de estrangeiros no serviço público.
- e) a proibição de acumular empregos e funções não abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Questão 78: VUNESP - Pro Jur (P Ferreira)/Pref P Ferreira/2017

De acordo com a Constituição Federal, ao servidor público da Administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se, em regra, a seguinte disposição:

- a) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

b) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para benefício previdenciário.

c) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço não será contado para todos os efeitos legais.

d) se investido no cargo de Prefeito, e havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

e) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

Questão 79: VUNESP - Esc (TJ SP)/TJ SP/2017

Luiz ocupa cargo em comissão como assessor em um órgão público federal para o qual foi nomeado sem se submeter à aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Descontente em relação ao seu vencimento, Luiz entrou em greve, seguindo orientação do sindicato ao qual é associado. Sobre essa situação, e levando-se em conta o que estabelece a Constituição Federal, é correto afirmar que

a) a investidura de Luiz ao cargo não obedece aos preceitos constitucionais.

b) Luiz, por ocupar cargo em comissão, não goza do direito à livre associação sindical.

c) Luiz, por ser servidor público, não goza do direito à livre associação sindical.

d) Luiz, por ser servidor público, goza do direito à greve nos termos e nos limites definidos em lei específica.

e) Luiz, por ocupar cargo em comissão, não goza do direito à greve.

Questão 80: VUNESP - Ag (Alumínio)/Pref Alumínio/Segurança Patrimonial/2016

Nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, entre outros, aos seguintes princípios:

a) legalidade e pessoalidade.

b) publicidade e investidura.

c) economia processual e publicidade.

d) eficiência e economia processual.

e) moralidade e eficiência.

Gabarito

1) B	21) C	41) A	61) B
2) B	22) B	42) C	62) E
3) C	23) C	43) D	63) A
4) D	24) D	44) E	64) E
5) B	25) A	45) C	65) C
6) C	26) D	46) D	66) B
7) D	27) D	47) B	67) B
8) D	28) A	48) A	68) D
9) D	29) D	49) D	69) C
10) D	30) D	50) A	70) D
11) C	31) D	51) C	71) B
12) B	32) A	52) D	72) E
13) B	33) E	53) E	73) B
14) A	34) A	54) E	74) D
15) D	35) B	55) B	75) D
6) C	36) E	56) D	76) B
17) A	37) A	57) A	77) C
18) B	38) B	58) B	78) A
19) B	39) D	59) D	79) D
20) D	40) C	60) D	80) E